

Curso/Disciplina: Direito Penal (Parte Especial)

Aula: Direito Penal (Parte Especial) - 17

Professor(a): Marcelo Uzêda

Monitor(a): Beatriz Moreira Leite Aina

Aula 17

LESÕES CORPORAIS:

Art. 129, §5º, CP: substituição pela pena de multa.

Substituição da pena

§ 5º O juiz, não sendo graves as lesões, pode ainda substituir a pena de detenção pela de multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis:

I - se ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo anterior;

II - se as lesões são recíprocas.

No caso de violência contra mulher, essa substituição é vedada. Art. 17, L.11.340/06:

Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

Logo, no caso de lesão corporal contra a mulher, o §5º do art. 129, CP não será aplicado.

➤ Causas de aumento de pena:

Art. 129, §7º, CPC:

Aumento de pena

§ 7º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se ocorrer qualquer das hipóteses dos §§ 4º e 6º do art. 121 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 12.720, de 2012)

Antes dessa alteração legislativa, o dispositivo remetia apenas ao §4º do art. 121.

Art. 121, §4º, CP:

Aumento de pena

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos. (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

1ª parte: Lesões corporais culposas. Aumento da pena de 1/3:

> Inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício. O juiz não pode usar o mesmo fundamento utilizado para caracterizar o crime culposos, sob pena de haver *bis in idem*.

> Omissão de socorro – também há aumento de pena. Bem como se o agente não procura diminuir as consequências do seu ato, que é um desdobramento da omissão de socorro.

> Fuga para evitar a prisão em flagrante. No crime culposos, há flagrante. Entretanto, não haverá manutenção da prisão preventiva, embora haja doutrina que a admita. Parte da doutrina critica essa majorante, pois existe o direito à não autoincriminação. Cuidado, há situações em que a pessoa foge do local por estar em situação de risco (ex.: população local raivosa).

2ª parte: lesões corporais dolosas. Aumento da pena de 1/3:

> Vítima menor de 14 ou maior de 60 anos.

O art. 129, §7º, CP, faz remissão também ao §6º do art. 121:

§ 6º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio. (Incluído pela Lei nº 12.720, de 2012)

Lesão corporal praticada por milícia privada sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

Art. 129, §§ 9º, 10 e 11, CP:

Violência Doméstica (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. (Redação dada pela Lei nº 11.340, de 2006)

§ 10. Nos casos previstos nos §§ 1º a 3º deste artigo, se as circunstâncias são as indicadas no § 9º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço). (Incluído pela Lei nº 10.886, de 2004)

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência. (Incluído pela Lei nº 11.340, de 2006)

§12: Incluído em 2015.

§ 12. Se a lesão for praticada contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição, a pena é aumentada de um a dois terços. (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015)

Lesão corporal contra militares, policiais, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública. A pena será aumentada de 1/3 a 2/3. No homicídio, essa condição é uma qualificadora, enquanto na lesão corporal é uma causa de aumento de pena, que será aplicada a qualquer modalidade de lesão (leve, grave, gravíssima e seguida de morte).

Ainda, quando o crime é praticado como retaliação: contra o cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau em razão dessa condição.

➤ Ação penal:

A ação penal na lesão leve e na lesão culposa é pública condicionada à representação. Art. 88, L.9.099/95:

Art. 88. Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.

Exceção: violência contra a mulher. Art. 41, L.11.340/06: afasta a aplicação da L.9.099/95.

Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Nesse caso, a ação penal é pública incondicionada.

Ademais, o STJ sumulou o tema no verbete 542:

A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher é pública incondicionada.

A violência contra a mulher já é qualificada no §9º do art. 129, portanto, não é lesão leve. Desse modo, a ação penal não seria mesmo condicionada à representação.

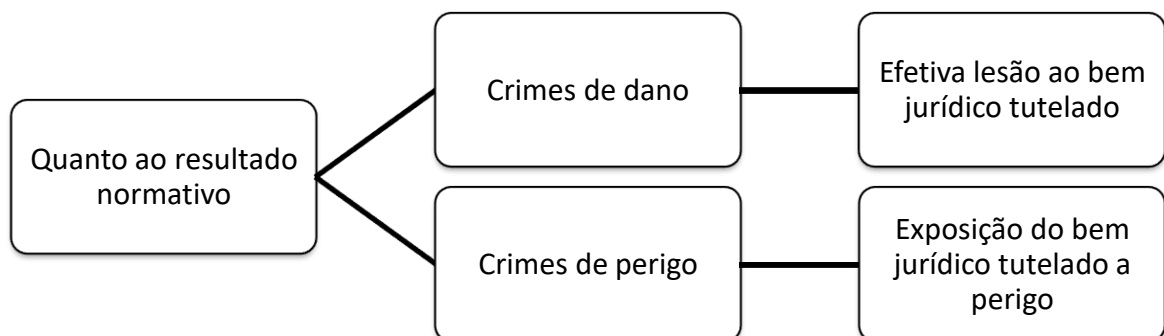
Nas demais hipóteses, a ação penal é pública incondicionada.

PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE – CRIMES DE PERIGO:

Nosso sistema se subdivide numa classificação quanto ao **resultado normativo** em crimes de dano e crimes de perigo.

O **crime de dano** é aquele em que há efetiva lesão ao bem jurídico tutelado. Ex.: homicídio.

O **crime de perigo** é aquele em que o resultado normativo é a exposição do bem jurídico a perigo.



Atualmente, evoluímos para uma sociedade de risco, o que leva o legislador a tipificar cada vez mais delitos de perigo. Por que se tipifica o crime de perigo?

1º) O crime de perigo é um degrau antecedente. Criminaliza-se o perigo para evitar o dano. Ex.: abandono de incapaz – art. 133, CP:

Abandono de incapaz

Art. 133 - Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono:

Pena - detenção, de seis meses a três anos.

Essa situação de abandono gera um risco para a vida e saúde do incapaz. Quer-se evitar o dano. O dano, nesse caso, qualifica o delito:

§ 1º - Se do abandono resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 2º - Se resulta a morte:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

2º) Cezar Roberto Bittencourt entende que os crimes de perigo são especiais. Eles existem porque há uma intenção de proteger o bem jurídico inclusive da exposição a risco.

A doutrina divide os crimes de perigo em crimes de perigo concreto e crimes de perigo abstrato.

No **crime de perigo concreto**, é necessária a demonstração da efetiva criação do risco ao bem jurídico no caso concreto. O perigo não é presumido. Dica: o tipo penal usa expressões como “expondo a risco”; “expondo a perigo”; etc.

No **crime de perigo abstrato**, o perigo é inerente à figura típica, não há necessidade de demonstrar o perigo no caso concreto, eis que o perigo é a própria *ratio legis*. Há uma presunção de perigo pela prática da conduta. Ex.: porte de arma de fogo.

